

Acta Número Oito

Aos vinte e nove dias do mês de Junho de dois mil e quinze, na sede da Junta de Freguesia de Bidoeira de Cima, sita na Rua do Comércio em Bidoeira de Cima, reuniu em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia de Bidoeira de Cima. Estiveram presentes os Senhores Deputados Pedro Manuel Mateus Ribeiro de Campos, Luís Carreira Moreira, Abel de Oliveira Vieira, Aldino Anselmo, Jorge Ferreira Carreira, Carla Elisa Caetano e Rui Manuel Passadouro da Fonseca.

Por parte da Junta de Freguesia, estiveram presentes o Sr. Presidente Jorge Manuel Vieira Crespo e a Sra. Tesoureira Célia Maria Agostinho.

A sessão foi presidida pelo Sr. Dr. Pedro Manuel Mateus Ribeiro de Campos, Presidente da Assembleia de Freguesia e secretariada pelo Senhor Deputado Luís Carreira Moreira.

Havendo quórum, o Sr. Presidente declarou aberta a sessão, eram vinte e uma horas e trinta minutos com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1. - Relatórios Financeiro e de Actividades da Junta de Freguesia.
Apresentação e apreciação.

Ponto 2. – 1ª Revisão ao Orçamento da Junta de Freguesia para o ano de 2015.
Apresentação, discussão e votação.

Ponto 3. – Outros assuntos de interesse para a Freguesia.

O Senhor Presidente de Mesa, antes de entrar na ordem de trabalhos, colocou à votação a acta da última assembleia de 27 de Abril que foi aprovada por unanimidade.

Depois de aprovada a acta o Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente da Junta para que desse conta dos factos mais relevantes dos relatórios financeiro e de actividades da Junta de Freguesia, colocados à discussão no **ponto um** da ordem de trabalhos.

Tomou a palavra o Presidente da Junta que deu a conhecer reuniões com o Município tendo em vista a instalação de um Balcão do Cidadão na Junta de Freguesia. Referiu que a Camara Municipal de Leiria assinou um protocolo com a AMA (Agência para a Modernização Administrativa) que prevê a descentralização de competências, para as

juntas de freguesia, de alguns serviços de repartições que existem a nível nacional, para que esses mesmos serviços fiquem mais próximos da população. Acrescentou que nenhuma freguesia foi obrigada a aceitar este novo serviço, que inicialmente o executivo da Junta de Freguesia de Bidoeira de Cima ponderou não aderir, mas que acabou por aderir dada a distância à sede de concelho e aos serviços de proximidade que se prevê serem prestados à população. Esclareceu ainda que é um serviço que na sua fase inicial provocará alguns constrangimentos a nível de organização interna, desde logo para formação da funcionária que obrigará a que a Junta de Freguesia e os serviços dos CTT estejam encerrados durante onze dias e que só após o início dos serviços se terá noção da forma de assegurar o serviço apenas com uma funcionária.

Deu conta, também, das reuniões entre Camara Municipal, Associação de Pais, CASBI e Junta de Freguesia relativamente ao fornecimento de refeições às escolas da Freguesia de Bidoeira de Cima, explicando o processo que levará a que as refeições escolares, no próximo ano lectivo, sejam fornecidas pela empresa que ganhar o concurso público levado a efeito pela Câmara Municipal e a forma como a Junta e a Associação de Pais acertaram posições tendo em vista assegurar que as refeições escolares continuassem a ser fornecidas pela Casbi até ao final deste ano lectivo.

Ainda com a palavra o Presidente da Junta informou que acompanhou a acção de fiscalização tendo em vista a segurança contra incêndios levada a efeito pelo GIPS. Relembrou que na fiscalização do ano passado foram detectadas cerca de 180 infracções, embora não tendo sido levantado nenhum auto e este ano com a mesma tipologia de acção a fiscalização detectou apenas 23 infracções.

Deu conta ainda do fornecimento de diverso material para os jardins-de-infância de Bidoeira de Baixo e de Bidoeira de Cima, tendo esclarecido, a título informativo, que o Jardim de Infância de Bidoeira de Cima venceu o concurso “Escolas Coloridas e Divertidas” levado a efeito pela Câmara Municipal, cujo prémio foi um passeio ao Parque dos Monges em Alcobaca.

Após estes esclarecimentos, pediu a palavra o Sr. Deputado Abel Vieira informando que, relativamente à fiscalização do GIPS, esta segunda passagem já vai dar lugar a autos, pelo que questionou o executivo da Junta se os proprietários vão ser informados e notificados no sentido de limparem os seus terrenos antes de lhe ser levantado o auto e respectiva coima. Questionou ainda o presidente da Junta relativamente ao facto de haver ou não nova direcção para o Grupo Desportivo e Recreativo Bidoeirense e, por último, relativamente ao Balcão do Cidadão questionou o Presidente da Junta sobre os serviços que vão ser prestados e o que vai trazer de novo para a população.

Tomou a palavra o Presidente da Junta que explicou que, relativamente ao GIPS, a informação que tem é que esta entidade vai notificar os proprietários dos terrenos, sendo-lhes dado um prazo para limpeza dos terrenos e, só posteriormente, após nova fiscalização será levantado o auto a quem não proceder às respectivas limpezas.

Relativamente ao Grupo Desportivo, informou que houve várias assembleias-gerais para eleger uma nova direcção, tendo finalmente sido possível encontrar uma solução directiva credível para o clube.

No que diz respeito ao Espaço do Cidadão, o Presidente da Junta voltou a referir que só após a formação é que o executivo da Junta estará em condições de explicar quais os serviços a prestar.

Pedi também a palavra a Sra. Deputada Carla Caetano que questionou o Presidente da Junta sobre quem controla e fiscaliza a qualidade do serviço executado nos refechamentos das valas do saneamento básico, uma vez que considera o material aplicado nos refechamentos tem muito má qualidade, até porque com as primeiras chuvas esse alcatrão se descolou e ficaram buracos profundos nas valas, principalmente na Rua Principal na zona do corte para a Rua dos Nortes. Alertou ainda para o facto de nas obras de requalificação da EM1038, haver buracos em zonas já pavimentadas com cerca de dez centímetros de profundidade, questionou se essa fiscalização é da responsabilidade da junta de freguesia, uma vez que é o órgão mais próximo da população e que deve zelar pelos interesses e boa execução das obras na freguesia.

O presidente da Junta explicou que a fiscalização de todas as obras de saneamento básico é da responsabilidade dos SMAS, mas o executivo da junta não se demite também dessa responsabilidade. Contudo, quanto à fiscalização da qualidade do material aplicado, a responsabilidade é dos técnicos dos SMAS, não cabendo à Junta de Freguesia. Acrescentou ainda que há um prazo de garantia de cinco anos, pelo que durante esse prazo se poderá reclamar o serviço e o resultado final das obras. Relativamente á repavimentação das valas na Rua Principal na zona do corte para a Rua dos Nortes, explicou que nessa zona o refechamento foi feito com chuva o que prejudicou a qualidade do trabalho. Afirmou ainda que, nessa zona, já foi feita uma intervenção de reparação e que estará atento a todas as situações que vierem a acontecer, tendo em vista a sua regularização até ao término das obras.

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Assembleia para explicar, dada a sua experiencia em concursos públicos, que as em obras públicas é obrigatória a constituição de garantias bancárias, que só são devolvidas após a recepção da obra em bom estado e de acordo com o caderno de encargos da mesma. Esclareceu ainda que a fiscalização é da responsabilidade do dono da obra, neste caso dos SMAS, embora considere importante que a Junta de Freguesia acompanhe a obra e reporte todos os defeitos que encontrar ao dono da obra.

Retomou a palavra o Presidente da Junta que alertou para o facto de ser evidente que as ruas que não foram asfaltadas na sua totalidade ficarão em pior estado, já que um refechamento não terá nunca a qualidade de um asfalto total.

Pedi a palavra o Sr. Deputado Rui Passadouro que voltou a falar na questão da qualidade dos asfaltamentos, deu o exemplo concreto da Rua da Cova que tinha paralelos que foram retirados e a estrada foi totalmente asfaltada, no entanto alertou

para o facto da qualidade dos acabamentos ter sido péssima, nomeadamente na ligação do alcatrão aos paralelos porque foi colocada uma camada de alcatrão muito fina por cima dos paralelos das bermas e com o passar do tempo vai acabar por se degradar. Além da má qualidade de acabamento nas bermas alertou também para o facto de já existirem fendas no alcatrão. Mostrou ainda o seu descontentamento relativamente à vala que foi aberta, na mesma rua, depois do asfaltamento, considerando que não houve planeamento de forma a evitar os cortes que mais tarde ou mais cedo vão ter buracos. Relativamente ao saneamento básico perguntou também para quando está prevista a ligação dos esgotos.

Ainda com a palavra, o deputado Rui Passadouro solicitou ao Presidente da Junta esclarecimentos sobre o arrendamento do bar do parque de merendas e questionou sobre as condições necessárias para ser licenciado. Relativamente à implantação do Balcão do Cidadão na freguesia, sublinhou a importância em trazer para a freguesia serviços que ajudem a população, alertando no entanto para o facto de ficar implantado num primeiro andar. Questionou ainda o orçamento previsto para o balcão, uma vez que se os serviços são deslocados para as freguesias com certeza que haverá custos.

O presidente da Junta começou por responder à questão da Rua da Cova esclarecendo que os trabalhos nessa rua não estão terminados, já que nos dois locais onde há sobreposição de alcatrão sobre os paralelos, está previsto ser feito um trabalho de corte ao longo da via para que o alcatrão fique encostado ao paralelo e não sobreposto. Relativamente ao corte de asfalto, informou que decorreu da instalação de um ramal de água, sendo que a Junta de Freguesia alertou várias vezes a população para a necessidade de todos os ramais serem executados antes do asfaltamento das ruas o que não se verificou neste caso. Quanto à ligação dos esgotos esclareceu que está previsto que as pessoas sejam notificadas durante o verão para fazer o pagamento dos ramais e proceder à ligação dos esgotos.

Relativamente ao bar do parque de merendas, o Presidente da Junta explicou que o contrato anterior deveria terminar em Abril, mas que a senhora que estava a explorar o bar entregou a chave em Março por motivos de saúde. A partir daí o executivo da Junta tentou arranjar solução para que o bar não fechasse, fazendo publicitação no sentido de encontrar interessados em explorar o bar, tendo aparecido três pessoas que, após saberem as condições exigidas, não mostraram interesse em assumir a exploração do bar. Enquanto decorria o processo, alguns utilizadores do parque de merendas ficaram com a chave e assumiram temporariamente a exploração do bar. No princípio do mês de Junho uma das pessoas que tinha manifestado interesse ficou em situação de desemprego e voltou a mostrar interesse em explorar o bar em regime experimental até ao bar estar terminado, procedendo às limpezas e à prestação de outros serviços como forma de compensação e para evitar o encerramento do espaço.

Quanto ao balcão do cidadão, o presidente da junta esclareceu que não existem contratos eternos nem situações que não possam ser revertidas, sendo que após a instalação do balcão, se se verificar que a Junta de Freguesia da Bidoeira não tem condições para continuar com o serviço com qualidade, terá de equacionar a

continuação do serviço. Quanto às contrapartidas financeiras do balcão, está prevista uma verba anual de mil euros para material de desgaste, a atribuir pela Câmara Municipal e uma percentagem dos emolumentos pagos pelos utentes.

Após estes esclarecimentos, pediu a palavra o Sr. Deputado Jorge Carreira referindo que, na análise ao relatório de actividades onde se referem reuniões relativamente a autos de obras particulares, considera que a Junta de Freguesia não se deve meter nesses assuntos porque as leis existem, são para ser cumpridas e quem tem o dever de fiscalização e resolução desse tipo de problemas é a Câmara Municipal. Perguntou também qual a previsão para o término das obras da EM1038. Pediu também para, se possível, ser melhor esclarecido acerca do problema do fornecimento das refeições às escolas da freguesia pelo CASBI. Sugeriu também no âmbito da implantação do Balcão do Cidadão no edifício da junta de freguesia, fosse exigido à Câmara Municipal obras de modernização no edifício, nomeadamente passar os serviços para o rés-do-chão. Ainda relativamente à obra do saneamento básico, alertou mais uma vez o presidente da junta para o facto de haver muitas reclamações sobre a forma como estão a ser executadas as obras, esclareceu que em conversa com o Presidente da Junta dos Milagres ficou a saber que, também lá, tiveram problemas com esta empresa e que, por essa razão, a Junta de Freguesia da Bidoeira deverá andar ainda mais atenta e ser mais exigente.

O Presidente da Junta, relativamente aos assuntos abordados pelo Sr. Deputado Jorge Carreira, mais concretamente no que diz respeito à EM1038, explicou que a primeira fase da obra está quase terminada, tendo sofrido várias alterações ao que estava projectado, nomeadamente com a inclusão do saneamento básico que já está executado no troço que vai da churrasqueira até ao limite da freguesia, bem como a pavimentação betuminosa. Acrescentou que já foi feita a pintura no pavimento e colocada a sinalização prevista, referindo existirem reclamações dessa mesma sinalização junto da Câmara Municipal que respondeu que essas alterações serão incluídas e executadas no próximo concurso. Acrescentou que o troço desde a churrasqueira para o lado da Bidoeira ainda não está concluído, estando em preparação novo concurso incluindo o saneamento básico do lado do Concelho de Leiria e a pavimentação total da via.

Relativamente às refeições escolares, o Presidente da Junta referiu que houve várias reuniões com a Associação de Pais, CASBI e Câmara Municipal para análise deste assunto. Referiu que o problema reside no facto da Câmara Municipal ter dois valores de refeições escolares: um para o concurso que lança todos os anos e outro valor para as IPSS's, a quem a Câmara Municipal paga um valor superior aquele que é pago à empresa que ganha o concurso. Acresce que, até ao final do ano lectivo passado as refeições escolares estavam isentas de IVA, sendo que a Casbi por ter realizado obras e comprado equipamentos para responder com eficácia ao fornecimento das refeições escolares não tinha com deduzir o respectivo valor do IVA, tendo ficado acordado que a Câmara ajudava a resolver esse problema através de uma verba para recursos humanos. Acontece que a partir de Setembro passado e por força da lei, o governo determinou que todas as refeições escolares passavam a estar abrangidas pelo regime geral do IVA e a Câmara Municipal passou a pagá-lo a todos os intervenientes

deixando, por esse motivo, de pagar a referida compensação em recursos humanos. A CASBI não concordou com essa situação, dado que considerou não ser sustentável economicamente continuar a fornecer as refeições sem essa compensação. As reuniões tiveram a ver precisamente com essa situação no sentido de tentar chegar a acordo e, sobretudo, que não houvesse um corte das refeições ou mudança de fornecedor até ao final deste ano lectivo. A CASBI ponderou e decidiu que não vai fornecer as refeições nas presentes condições, pelo que as refeições escolares das escolas da freguesia da Bidoeira serão fornecidas pela empresa que ganhar o concurso a lançar pela Câmara Municipal.

Relativamente às acessibilidades ao edifício da junta, o Presidente da Junta referiu já ter abordado o Presidente da Câmara Municipal alertando para essa necessidade, nomeadamente no âmbito da instalação do Balcão do Cidadão e a resposta foi um sorriso, no entanto esclareceu que a junta de freguesia continua à espera que seja possível encontrar uma solução viável para este problema.

Quanto ao saneamento e à empresa que está a executar a obra, frisou que logo na altura em que se soube que seria a empresa Lusosicó a fazer a obra, várias pessoas o abordaram referindo o facto de a empresa ser duvidosa, garantindo que a obra não seria terminada porque a referida empresa iria à falência. No entanto, referiu, a obra está quase concluída e até agora não houve problemas de maior, sendo que reconhece que de empresa para empresa existem formas de trabalhar diferentes. Se são métodos melhores ou piores só após a obra terminada se irá pronunciar.

Após as explicações do presidente da Junta, pediu a palavra o Sr. Deputado Rui Passadouro que questionou o Presidente da Junta relativamente ao projecto de ampliação da escola do 1º Ciclo, pediu para ser esclarecido sobre o que prevê o projecto e como se enquadra no projecto do Centro Educativo que foi promessa eleitoral deste executivo da Junta.

Em resposta o Presidente da Junta mostrou satisfação pelo facto de esta questão ter sido levantada uma vez que considera as escolas da Bidoeira uma das coisas mais importantes para o executivo da junta. Afirmou ser uma prioridade dotar as escolas de melhores condições para que os pais não sintam necessidade de matricular os filhos noutras escolas, daí que dentro dos condicionalismos financeiros e aproveitando os protocolos de delegação de competências que foram instituídos já no mandato passado, têm sido feitas bastantes melhorias e beneficiações nas escolas. Referiu ainda considerar uma prioridade a beneficiação da escola do 1º ciclo, uma vez que o refeitório não responde às necessidades, porque funciona numa sala de aulas onde os alunos têm de almoçar à vez. Necessita também de uma sala polivalente onde possam decorrer diversas actividades curriculares e não curriculares que não são compagináveis com a sala que existe, acrescentando que não possui um espaço exterior coberto onde as crianças possam estar nos dias de chuva. Adiantou que existem dois esboços de projecto para ampliação da escola que se disponibilizou para mostrar no final da Assembleia. Esclareceu também que o executivo da junta gostaria de manter os jardins-de-infância nos espaços actuais com as beneficiações possíveis e ter a escola do 1º ciclo com melhores condições, no entanto esclareceu que o

executivo está a ser confrontado, da parte da tutela e da Câmara Municipal, com a indicação clara de uma aposta em centros educativos.

Voltou a tomar a palavra o deputado Rui Passadouro que confrontou o Presidente da Junta com a promessa em campanha eleitoral da criação de um Centro Educativo e que a criação de um Centro Educativo pressupõe a deslocação dos jardins-de-infância para o centro educativo.

O Presidente da Junta esclareceu que está disponível para discutir todos os assuntos da campanha eleitoral, mas que a opinião deste executivo da Junta não é a criação do Centro Educativo, nem considera que seja benéfico para a freguesia. Até porque os Jardins-de-infância da Freguesia da Bidoeira estão em muito bom estado, têm sofrido obras de beneficiação e melhoramentos, tendo até convidado os deputados do PSD a visitar as escolas da freguesia e dar sugestões no sentido de dotar as escolas de melhores condições.

Uma vez discutidos os assuntos relativos ao relatório de actividades, o presidente da Junta passou a fazer uma breve explicação do relatório financeiro. Explicou que os valores expressos no relatório financeiro revelam algum aumento em relação àquilo que era habitual, o que decorre das obras executadas para escoamento de águas pluviais e aplicação de lancis, no âmbito dos alcatroamentos decorrentes das obras do saneamento básico.

Ainda no uso da palavra, o Presidente da Junta informou todos os presentes que a Assembleia Municipal de Setembro será realizada na Freguesia da Bidoeira, deixando um convite aos presentes para estarem presentes e comunicou a intenção de convidar todas as colectividades para assistir a esta primeira Assembleia Municipal no espaço geográfico da nossa freguesia. Informou ainda que essa assembleia terá lugar no auditório da Igreja Paroquial que considera ter as condições ideais para o efeito.

Não havendo mais pedidos de esclarecimento ao ponto um da ordem de trabalhos, o Presidente da Assembleia de Freguesia passou ao **Ponto dois:** 1ª Revisão ao Orçamento da Junta de Freguesia para o ano de 2015 - Apresentação, discussão e votação.

O presidente da Junta começou por referir que foi enviada uma nota introdutória relativamente a este ponto. Explicou que já há algum tempo foi adquirido software informático que permite a elaboração de documentos de facturação aos utentes, mas que só este ano se começou a utilizar em substituição do antigo sistema de guias de receita manuais.

Para esclarecer melhor os presentes explicou que nos serviços prestados no balcão dos CTT existem dois sistemas de facturação, o sistema via franquia que é facturado directamente pelos CTT e a comercialização de embalagens postais, envelopes pré-franquiados vendidos ao consumidor final. São precisamente estas situações que, aquando da elaboração do orçamento, não foram previstas, não existindo uma rubrica quer da parte da receita, quer da parte da despesa para os valores comercializados no posto de correios, daí o facto de ter vindo agora a esta assembleia.

Posto isto passou-se à votação do ponto dois que foi aprovado com três abstenções do PSD.

Assim passou-se ao **ponto três**: Outros assuntos de interesse para a freguesia.

Pedi a palavra o deputado Abel Vieira que alertou o presidente da junta para o mau estado da estrada que liga a Bidoeira de Baixo à Bidoeira de Cima, questionou sobre a previsão para a requalificação desta via e que tipo de intervenção será feita uma vez que não é suficiente colocar uma camada de tapete betuminoso. Sugeriu também, uma vez que na próxima assembleia será discutido o orçamento da Junta de freguesia e que no ano passado a bancada do PSD votou contra, que a bancada do PSD participasse dando sugestões para o orçamento, considerando que se todos caminharem no mesmo sentido o trabalho será mais produtivo. Aproveitou, ainda, para pedir à bancada do PSD, já que também tinha como bandeira de campanha eleitoral a solução para o problema das acessibilidades do edifício da Junta de Freguesia, para aproveitar a oportunidade da elaboração do orçamento e dar a sua ideia.

Tomou a palavra o Presidente da Junta que começou por responder à questão relativa à estrada que liga a Bidoeira de Baixo à Bidoeira de Cima, explicando que está prevista a requalificação dessa via, no âmbito do programa de asfaltos da Camara Municipal 2015/2016. Acrescentou que como houve a junção dos dois anos nesse programa, haverá um valor a dobrar e como tal não será só essa via a ser intervencionada mas também a rua que vai da Texugueira para a Bidoeira de Cima, quatro pequenos segmentos de rua que servem casas de habitação ainda em terra batida e vão tentar também o troço da Rua Central na Texugueira até à Coxa. Acrescentou que tanto na Rua que vai da Bidoeira de Cima para a Bidoeira de Baixo como da Texugueira para a Bidoeira de Cima está prevista a extracção de raízes da estrada que é o que está a causar mais estragos nas vias. Na rua que vai da Bidoeira de Cima para a Texugueira vão tentar falar com os proprietários de terrenos confinantes no sentido de haver alargamento da rua.

Relativamente ao orçamento para o próximo ano, o Presidente da Junta não vê inconveniente em aceitar as sugestões da bancada do PSD e até ficou de enviar um email a seguir ao verão para que lhes possam fazer chegar as sugestões para o orçamento.

Pedi a palavra o Sr. Deputado Jorge Carreira que alertou para o facto de no processo para a Assembleia de Freguesia vir descrito que há um processo judicial mas não diz do que se trata, considera que deveria estar descrito a que se refere o processo judicial, porque pensa que há mais processos judiciais nomeadamente o de um muro na zona da Rua da Loureira, não tem a certeza mas afirmou ouvir falar por terceiros.

Relembrou ainda, tal como em assembleias anteriores, que considera necessária pressão por parte do Presidente da Junta de Freguesia de Bidoeira de Cima relativamente ao nó da A1 dado que na sua opinião a freguesia só tinha a ganhar com essa situação.

Chamou ainda a atenção do executivo da junta para uma preocupação que é a limpeza dos caminhos florestais da freguesia, constatou que nos últimos anos a freguesia não tem sido fustigada por fogos florestais, mas a Junta de freguesia deveria prevenir esse tipo de situações, uma vez que tem conhecimento de caminhos florestais que estão praticamente intransitáveis.

Aproveitou ainda o facto de ter a palavra para responder ao deputado Abel Vieira relativamente às acessibilidades do edifício da junta, explicou que a Camara Municipal tem técnicos e arquitectos, a junta de freguesia só tem lhes dizer o que pretende e eles é que estão qualificados para arranjar as soluções.

Relativamente à Assembleia Municipal no auditório, considera o espaço inadequado e apertado e sugeriu o salão do Centro Cultural para o efeito.

Solicitou ainda que as assembleias fossem marcadas com mais antecedência porque, por questões profissionais, poderá não estar presente e se as Assembleias forem marcadas com antecedência tem oportunidade de planear e orientar a vida profissional de forma a poder estar presente.

A esta última questão o Presidente da Assembleia de Freguesia explicou que não é possível, uma vez que as Assembleias de Freguesia são marcadas com base nas datas das Assembleias Municipais.

Tomou a palavra o Presidente da Junta, começando por falar na questão da construção do nó da A1, referindo que quem deve fazer pressão junto das entidades competentes é o Presidente da Junta das Colmeias e eventualmente o das Meirinhas dado que a construção será nessa zona. Além disso já foi falado na Assembleia Municipal de Leiria que é do interesse da Camara Municipal de Leiria e de Pombal que esse nó seja construído.

Relativamente à limpeza dos caminhos florestais, considera que necessitam de uma grande intervenção, mas assumiu que ainda não houve verba para tal, no entanto também afirmou que essa responsabilidade não é só da Junta de Freguesia mas também dos proprietários e dos madeireiros que não têm cuidado com as plantações que fazem em cima dos caminhos e que, por vezes, quando do corte e extracção da madeira abandonam o local sem o limpar e sem regularizar o piso dos caminhos.

Relativamente ao local da Assembleia Municipal a realizar na Freguesia da Bidoeira, referiu que os técnicos virão ao local ver se é viável ou não a realização da Assembleia no auditório da Igreja.

Em relação à data da realização das Assembleias de Freguesia, o Presidente da Junta explicou que existem quatro assembleias obrigatórias que são em Abril, Junho, Setembro e Novembro ou Dezembro, sendo que tanto a assembleia de Abril como a de Novembro ou Dezembro devem ser feitas após a Assembleia Municipal em virtude dos assuntos tratados, nomeadamente protocolos que têm de ser ratificados.

Posto isto tomou a palavra o deputado Aldino Anselmo que perguntou ao Presidente o que se poderá fazer em relação ao amontoado de lixo que se encontra perto da sua casa em Casais da Bidoeira, referiu que já alertaram o madeireiro para tirar de lá aquele lixo mas sem sucesso.

O presidente explicou aos deputados presentes que se trata de um amontoado de madeiras sobrantes junto às casas, acrescentando que esta situação se arrasta há anos e é um perigo em caso de incêndio. Adiantou também que aquando da passagem do GPS essa situação não foi considerada e não percebe porquê. Perante esta situação, o Presidente da Junta solicitou ao deputado Aldino que enviasse um e-mail para a junta de freguesia a reportar a situação e depois a Junta de Freguesia reencaminhará esse mesmo e-mail para a protecção civil.

O deputado Luís Moreira tomou a palavra e questionou se o proprietário dos resíduos sobrantes e do terreno já foi alertado para essa situação, porque caso não tenha sido considera que antes de alertar as autoridades competentes se deve abordar a pessoa em questão no sentido de resolver a situação a bem.

Perante a intervenção do deputado Luís Moreira, o Presidente da Junta explicou que, em todas as situações, a Junta de Freguesia antes de alertar as autoridades fala sempre com os proprietários e só em caso de os mesmos não resolverem é que denunciam as situações.

Antes de terminar, o Presidente da Junta quis terminar um assunto que ficou por explicar que foi o do processo de tribunal, questão anteriormente colocada pelo deputado Jorge Carreira.

Explicou que existe um único processo em tribunal, com sentença dada, relativamente a um caminho público que foi ocupado por um proprietário na zona da Bidoeira de Baixo. Quanto ao processo a que se estava a referir o Sr. Deputado Jorge Carreira, relativo a um muro na zona da Loureira, referiu não conhecer nenhum processo em tribunal. Todavia, explicou que sabe que no verão de 2009, antes das eleições autárquicas, foram construídos dois muros que foram objecto de negociação para cedência de terreno com o anterior Presidente da Junta e que, após a sua construção, um dos proprietários obteve uma declaração da Junta de Freguesia em como não havia inconveniente na sua implantação e, ao outro proprietário, foi recusada a mesma declaração com o fundamento de que não terá cumprido com os afastamentos acordados aquando da construção do muro. Acrescentou que é uma situação alheia a este executivo da Junta de Freguesia e que, logo após a tomada de posse, o proprietário do muro que não tinha declaração se dirigiu à junta de Freguesia para a solicitar mas este executivo não a passou por não concordar com os afastamentos existentes, considerando não ser aceitável o facto da via em questão não permitir que cruzassem dois carros. Posto isto, não houve mais nenhum desenvolvimento até que mais tarde houve uma denúncia por parte de um vizinho em relação a esses muros, dessa denúncia resultou num processo com consequências, nomeadamente em diversas notificações por parte da Câmara Municipal, que presume não terem sido aceites por parte do proprietário e deram azo a uma participação ao Ministério Público

que actuou e o muro acabou por ser demolido no princípio deste ano. Acresce que o proprietário, além de demolir o muro, entendeu repôr as condições que existiam antes da construção do muro, arrancando o tapete betuminoso e colocando uma vedação no limite da área da propriedade que comprou. Esclareceu ainda que, objectivamente, para a Junta de freguesia a situação é a mesma, se antes não se cruzavam dois carros, neste momento continuam a não se cruzar dois carros.

Esclareceu que esta situação não tem nada a ver com a actual Junta de Freguesia e que este executivo até preferia a situação anterior em que existiam os dois muros, dado que considera a situação actual chocante.

Assim e não havendo mais inscrições, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, sendo esta acta elaborada de acordo com os presentes e assinada pelos Srs. Presidente e os Srs. Secretários da Assembleia de Freguesia.

Presidente:

1º Secretário:

2º Secretário: